



ESTADO E PESQUISA AGRÍCOLA NO BRASIL

FERNANDA SOBRAL¹

RESUMO – O trabalho discute aspectos relativos à atuação de duas instituições públicas de pesquisa agropecuária – a EMBRAPA e o PLANALSUCAR no contexto do capitalismo local. Contudo preocupa-se em destacar o modo pelo qual o Estado viabiliza e propicia o desenvolvimento de políticas de pesquisa para a agricultura, tendo como pano de fundo as contradições entre as frações sociais mais diretamente ligadas ao capital ou ao trabalho, e entre o projeto de Nação e o processo de acumulação internacional. Tais contradições também se expressam na pesquisa agrícola realizada por organizações estatais. Conclui-se, de modo geral que essas organizações atendem fundamentalmente aos interesses dos grandes grupos econômicos e dos mais organizados, apontando para a idéia de apropriação privada dos recursos públicos, fato mais marcante no caso do PLANALSUCAR.

STATE AND AGRICULTURAL RESEARCH IN BRAZIL

ABSTRACT – The study discusses aspects relative to the performance of two public research institutions – EMBRAPA and PLANALSUCAR, within the context of local capitalism. However, an attempt is made to stress the way in which the state makes viable and conciliates the development of research policies for agriculture in light of the contradictions between the social segments most directly connected to capital or to labor, and between the project of the nation and the process of international (capital) accumulation. Such contradictions are also expressed in the agriculture research carried out by state enterprise. It is concluded that, on the whole, these organizations serve basically the interests of large economic groups, and the most organized, pointing out the possibility of private expropriation of public resources, the most prominent fact in the case of PLANALSUCAR.

INTRODUÇÃO

As transformações tecnológicas que caracterizam a modernização da agricultura brasileira não se deriva apenas das determinações do sistema de produção. Embora as necessidades econômicas sejam fundamentais, elas são pensadas e induzidas num cenário, no qual a ação do Estado, através de suas políticas, é decisiva.

No caso brasileiro, a situação periférica a que está submetido, no contexto do capitalismo mundial, limita a atuação dessas políticas estatais, fazendo com que a interferência direta ou indireta do Estado venha a favorecer sobretudo a dinâmica da acumulação internacional. Assim, o Estado se constitui num foro que organiza e elege um modo particular de desenvolvimento capitalista, articulando-o à economia mundial. Desse ponto de vista, a política de pesquisa para a agricultura deve ser considerada dentro do contexto de um Estado capitalista periférico e, por isso mesmo, intermediando interesses particulares predominantemente vinculados ao capitalismo internacional.

Diante da tendência de mundialização da estrutura produtiva no sistema capita-

¹ Doutora, Prof^a Dept^o de Sociologia, UnB. Colaboraram os alunos de Sociologia e os auxiliares de pesquisa Eduardo B. Pereira, Fernando Campos e Edison N. Lasmaz.

lista atual, surgem dificuldades para um processo de acumulação nacional, efetivando-se esse processo através de operações localizadas nos países capitalistas centrais e periféricos. Sendo assim, a diferença entre esses países deve-se ao maior ou menor grau de poder de decisão nos rumos da acumulação capitalista.

Apesar dessas dificuldades, e ainda que os interesses hegemônicos no seio do Estado sejam ligados ao capitalismo internacional, e se reflitam na política de pesquisas para a agricultura, outros interesses nacionais podem atuar politicamente nesse cenário. Essa questão, entretanto, só pode ser entendida a partir da análise da dimensão política do poder na sociedade, e a partir da constatação da dupla contradição a que se vê envolvida a sociedade capitalista periférica: a contradição típica entre capital e trabalho, além da contradição entre a idéia de Nação que o Estado representa, e o processo de acumulação internacional que ele viabiliza.

A partir desses pressupostos iniciais, busca-se verificar como essa contradição se expressa na pesquisa agrícola desenvolvida por mecanismos estatais, tais como a EMBRAPA e o PLANALSUCAR, procurando constatar a partir da análise das frações do setor produtivo e do aparelho estatal, os quais influenciam a definição da pesquisa tecnológica, ou dela se apropriam.

PROCEDIMENTOS TÉCNICO-METODOLÓGICOS

A pesquisa agrícola estatal foi analisada a partir de uma amostra de instituições e de produtos agrícolas. A escolha da EMBRAPA justifica-se pelo fato de ser a instituição de pesquisa agrícola mais importante do país, e que congrega a pesquisa de maior número de produtos.² Para a determinação da amostra dos programas de pesquisa da EMBRAPA, desenvolvidos em nível nacional, tomou-se como referência critérios como: pesquisas que abrangessem produtos de exportação e produtos de consumo interno, e pesquisas com produtos que abarcassem a diversidade regional brasileira; também serão analisados, pelo estudo 2 do subprojeto 1, os efeitos da modernização tecnológica. Baseado nesses critérios, foram selecionadas as pesquisas da soja, do arroz, feijão e de recursos genéticos³ da EMBRAPA. Nesse sentido, foi incluído também o PLANALSUCAR para se ter uma idéia de uma instituição menor e que se volta para um único produto, que é a cana-de-açúcar. Além disso, a cana-de-açúcar tem uma forte presença em Alagoas e São Paulo, estados onde também serão analisados os efeitos da modernização.

A partir da delimitação da amostra, foi escolhido o período 1980 a 1986 para análise e foram adotados os seguintes procedimentos:

- a) Análise dos documentos relativos às atividades de pesquisa da EMBRAPA e do PLANALSUCAR, assim como os Programas Nacionais de Pesquisa Agropecuária (PRONAPAs), de 1981 a 1986; os relatórios de pesquisa dos

² Dentre os produtos da agropecuária brasileira, os únicos que não estão sob a responsabilidade da pesquisa da EMBRAPA são o café, o cacau e a cana-de-açúcar, esta sob a responsabilidade do PLANALSUCAR.

³ A pesquisa de recursos genéticos, que desenvolve também pesquisa básica, foi incluída para verificar possíveis diferenças entre a atuação dos interesses sociais ao nível da pesquisa básica, e ao nível da pesquisa tecnológica.

- Centros Nacionais de Soja, de Arroz e Feijão, e de Recursos Genéticos; e os relatórios do PLANALSUCAR de 1980 a 1985.
- b) Análise de notícias sobre política de pesquisa agrícola, levantados na imprensa, de 1980 a 1986.
 - c) Análise de entrevistas realizadas com pesquisadores do Centro Nacional de Pesquisa de Soja (CNPSO), do Centro Nacional de Pesquisa de Arroz e Feijão (CNPAF), do Centro Nacional de Recursos Genéticos (CENARGEN), da EMBRAPA, e com pesquisadores do PLANALSUCAR, em Araras e Piracicaba, São Paulo; procurando verificar a interferência do Governo, do Setor Produtivo, e dos próprios pesquisadores, na definição das prioridades de pesquisa dessas instituições, assim como a importância desses agentes sociais na apropriação da pesquisa tecnológica.
 - d) Análise de entrevistas realizadas com dirigentes da EMBRAPA e do PLANALSUCAR, procurando verificar as prioridades de pesquisas nessas instituições, os critérios de definição dessas prioridades, os agentes que participam nessa definição e os possíveis impactos da pesquisa na modernização da agricultura.

OS INTERESSES SOCIAIS NA PRODUÇÃO E NA APROPRIAÇÃO DA PESQUISA TECNOLÓGICA

O incentivo dado à pesquisa agropecuária com a criação de instituições estatais para o desenvolvimento da pesquisa tem suas raízes no modelo de desenvolvimento brasileiro, que visava a modernização da agricultura mediante a sua subordinação ao grande capital. Dentro desse espírito de modernização, é criado, em 1971, o PLANALSUCAR, Programa Nacional de Melhoramento da Cana-de-Açúcar, vinculado ao IAA (Instituto do Açúcar e do Alcool); e, em 1972, é criada a EMBRAPA, órgão de administração indireta, vinculado ao Ministério da Agricultura. Embora a data de criação das duas instituições sejam próximas e reflitam a mesma preocupação estatal com a modernização da agricultura, deve-se salientar diferenças entre as duas, além do fato de a EMBRAPA desenvolver pesquisa na maioria dos produtos agropecuários, e do PLANALSUCAR se dedicar exclusivamente à atividade de pesquisa sucro-alcooleira. Desde o início a EMBRAPA foi sustentada por recursos públicos, enquanto o PLANALSUCAR se sustentou, inicialmente, com recursos provenientes do fundo de exportação do açúcar, repassado pelo IAA. Mais adiante, a principal fonte de recursos para o PLANALSUCAR foi o PROÁLCOOL (Programa Nacional do Alcool), criado em 1978.

As metas fundamentais da pesquisa agrícola da EMBRAPA e do PLANALSUCAR são o aumento de produtividade e, conseqüentemente, a redução dos custos de produção. Por isso, é o setor produtivo que tem grande peso na definição das linhas de pesquisa destas instituições, como também é ele que mais se apropria dos resultados de suas pesquisas.

A definição de prioridades de pesquisa nessas instituições se dá por influência das políticas governamentais, seja do Ministério da Agricultura, ao qual está vinculada a EMBRAPA, seja do IAA, ao qual está vinculado o PLANALSUCAR. São estabelecidas diretrizes de caráter geral, tais como as da EMBRAPA, que se referem a estudos

de culturas importantes para o abastecimento interno, de tecnologias que substituam insumos modernos e que protejam o meio ambiente, e as do PLANALSUCAR, que se referem à descoberta de novas variedades de cana, ao pagamento da cana pela análise laboratorial do teor de sacarose, e ao consorciamento da cana com produtos alimentares. Entretanto, quando essas linhas gerais vão ser especificadas nas unidades de pesquisa, as demandas dos produtores pesam bastante, ou porque o pesquisador sente as necessidades do sistema produtivo local ou regional, ou porque representantes das cooperativas de produtores rurais participam diretamente do processo de definição das pesquisas, como no Centro Nacional de Pesquisa de Soja, onde participam os pesquisadores integrados ao programa, representantes do serviço de extensão rural e representantes das cooperativas.

Além disso, ao nível nacional, ocorrem pressões dos produtores sobre o Ministros e até mesmo sobre o Presidente da República para a definição de determinadas linhas de pesquisa, consideradas prioritárias, como no caso da criação de tecnologia que reduzisse ou eliminasse a cigarrinha-das-pastagens, e para a pesquisa do arroz em áreas não irrigadas.

No entanto, essas demandas vêm sobretudo dos grandes produtores organizados em cooperativas ou em associações, e não apenas acontecem ao nível de poder central, mas também ao nível regional e local. Exemplo disso são as cooperativas do Sul do país, reunidas na FECOTRIGO, controladas por grandes produtores, com estrutura semelhante à de uma empresa, e que influencia com frequência a pesquisa do CNPSO.

Por outro lado, os produtores de culturas alimentares, que são geralmente pequenos produtores, não são tão poderosos, e por isso têm um menor grau de influência, como se pode observar no depoimento de um pesquisador do CNPAF:

"Nós estamos trabalhando com dois produtos em que não há produtores organizados para reivindicar determinadas soluções de problemas: são arroz e feijão. Se você fosse trabalhar com soja, ou outros produtos como a cana e o café, que têm prestígio, aí o produtor é mais consciente porque participa mais da vida pública; talvez seja por isso que a gente recebe diretamente as demandas dos grupos organizados".

Já no PLANALSUCAR, como os pesquisadores só trabalham com um único produto, geralmente plantado em grandes propriedades, e cuja maioria dos proprietários é devidamente organizada, além de haver uma demanda mais direta das pesquisas pelos produtores de cana e pelos usineiros, uma grande parte dos experimentos são feitos nas unidades agrícolas ou industriais e não nas estações experimentais do PLANALSUCAR, como se nota na declaração a seguir:

"Dos 545 experimentos realizados em 1986, 352, ou seja, 65% deles foram instalados diretamente nas unidades de produção (dentre esses, 95% em grandes unidades), e apenas 213 nas estações experimentais regionais do PLANALSUCAR."

Verifica-se, assim, a privatização da pesquisa desenvolvida numa instituição pública, característica marcante da pesquisa do PLANALSUCAR desde as suas origens. Nota-se, entretanto, diferenças entre as estações experimentais. As estações regionais, de menor porte, com poucos técnicos que trabalham no campo, são assediadas tanto no

momento da definição das pesquisas, como no momento de divulgação de informação dos resultados delas, diferentemente das estações experimentais centrais que fazem mais pesquisas a longo prazo.

Dessa forma, é o setor produtivo, constituído pelo setor agrícola e pelo setor industrial, quem mais pesa na definição das pesquisas e também quem mais se apropria dos seus resultados, isto porque essas instituições desenvolvem mais pesquisa aplicada e tecnológica, em que há resultados imediatos, muitas vezes através de simples adaptações à tecnologia importada, o que fica claro nos depoimentos a seguir:

"A EMBRAPA é um órgão estatal de pesquisa, mas antes de tudo é uma empresa e pede retorno do investimento de forma imediata. Há uma mentalidade dentro da EMBRAPA e ao nível do país de que a ciência básica não pode ser desenvolvida. No meu entender, isso gera o problema da dependência. . .

"Não há espaço dentro da EMBRAPA e se houver é bastante limitado para o desenvolvimento da pesquisa básica. Ou, em outras palavras: não há espaço para o desenvolvimento de uma possível ciência nacional. Isto porque o objetivo dos altos escalões da empresa é promover pesquisas que obtenham resultados a curto prazo, sob a forma de tecnologia. Não importa se esta deve ser importada. . . muitas vezes conhecimentos e tecnologias desenvolvidas para certas condições podem ser indicadas como soluções para outras, após trabalhos realmente simples de adaptação."

Embora, dentre as unidades da EMBRAPA analisadas, o CENARGEN também esteja desenvolvendo pesquisa básica, no geral há uma grande incidência de pesquisa aplicada de cunho adaptativo, sobretudo em produtos como a soja, arroz irrigado e milho. Por outro lado, onde há o menor teor de adaptação, segundo declarações de um ex-presidente da EMBRAPA, é nos centros do Cerrado, da Amazônia, e do Nordeste, porque tratam mais de produtos mais nativos - aspecto também evidente na pesquisa da cana-de-açúcar. Sendo assim, a pesquisa adaptativa, que pode ser um dos procedimentos de investigação, passa a ser a forma mais freqüente de pesquisa na EMBRAPA, o que bem expressa os interesses do capitalismo internacional.

No caso da EMBRAPA, o setor industrial, que tem freqüentemente se beneficiado das suas pesquisas, é constituído pelos grandes complexos multinacionais que produzem insumos e equipamentos para a agricultura. Os pacotes tecnológicos são gerados em função de determinados produtos agrícolas e numa abordagem multidisciplinar. O melhorista escolhe o germoplasma de maior capacidade de produção, o entomologista define as dosagens de inseticida a usar e o especialista em fertilidade do solo mostra a quantidade adequada de adubo para obter maior margem de rentabilidade. Como os defensivos, as sementes melhoradas e as máquinas importadas ou adaptadas por tecnólogos brasileiros são geralmente produzidas por multinacionais, a difusão dos pacotes tecnológicos vai também propiciar a acumulação do capital internacional.

Também, a indústria química, geralmente multinacional, solicita testes de defensivos aos pesquisadores dessas instituições, e até na pesquisa de controle biológico de pragas está começando a haver a penetração das empresas multinacionais. Embora, inicialmente, tenham ocorrido pressões indiretas para que essa linha de pesquisa não se

efetivasse, na medida em que prejudicaria os interesses econômicos dos grupos que dominam a indústria química, percebe-se atualmente uma mudança de orientação, em função da possibilidade de um novo mercado, como se nota na seguinte citação:

"Já tenho solicitações para publicar artigos, sobre o uso de vírus, em revistas de firmas de agroquímicos. Então, se nota um interesse muito grande deles em saber mais sobre isso, porque é uma coisa que o produtor aceitou muito bem e inclusive muitas firmas estão querendo entrar nessa área no sentido de desenvolver produtos biológicos."

Por outro lado, como o objetivo básico da empresa privada é a obtenção de uma maior taxa de lucro e não necessariamente atender a demandas de tecnologias de interesse nacional, a associação de empresas estatais com a iniciativa privada, para o repasse de tecnologia, sem uma definição clara de mercado nacional, pode também não representar avanços no sentido da autonomia do país.

Outra forma pela qual se dá a absorção de resultados de nossa pesquisa tecnológica pelo mercado internacional é através da exportação de produtos gerados por essas instituições. É o caso das cultivares de soja produzidas pelo CNPSO e exportadas para vários países da América do Sul, e de variedades de cana exportadas pelo PLANALSUCAR.

Surgem também projetos de pesquisa associados com a iniciativa privada, como no caso da EMBRAPA com a AGROCERES, BIOBRÁS e BIOPLANTA, e, no caso do PLANALSUCAR, com a COPERSUCAR, visando ao posterior repasse a essas empresas das tecnologias produzidas nas instituições governamentais.

Para o PLANALSUCAR, o setor industrial beneficiário de suas pesquisas é constituído pelas usinas de produção do açúcar, pois o cultivo da cana tem uma dependência menor de inseticidas e de fungicidas (utiliza-se apenas herbicidas), produzidos pelas empresas multinacionais. Mesmo assim, o PLANALSUCAR oferece cursos para essas empresas sobre o uso de herbicidas na cultura da cana-de-açúcar.

Quanto ao setor agrícola, da mesma forma que na definição das pesquisas, são os grandes produtores cooperativados ou associados que mais utilizam os resultados das pesquisas. Esses resultados são transferidos pelo serviço de extensão rural da EMBRATER e pela assistência técnica das cooperativas de produtores. Por exemplo, uma variedade de soja produzida pelo CNPSO é hoje responsável por 60% da produção de soja do Cerrado. A articulação entre pesquisa e extensão se dá mais facilmente quando a margem de lucro propiciada pela tecnologia é ampla e quando se faz com os agrônomos das cooperativas particulares. No entanto, a extensão feita pelo serviço público não é tão articulada com a pesquisa, a partir da justificativa de que o pesquisador considera o extensionista como um homem do campo, e o extensionista considera o pesquisador como um homem desvinculado da realidade rural.

Apesar desses fatos, não se exclui totalmente a apropriação dos resultados das pesquisas pelos pequenos produtores, fruto de uma política estatal que reflete as contradições da sociedade capitalista periférica. A possibilidade de beneficiar os pequenos produtores se efetiva porém mais rapidamente quando a pesquisa também propicia lucros para as empresas agroindustriais, processadoras de alimentos. Dessa forma, a pesquisa em melhoramentos de produtos de subsistência, ainda que favoreça os pequenos produtores e, assim, possibilite a legitimação da política estatal de pesquisa agropecuária.

ria, também viabiliza a obtenção de mais-valia pelas empresas, algumas multinacionais. Sendo assim, a função de legitimação do Estado fica mais plausível quando concomitante à função de acumulação capitalista. Tanto que a origem da linha de pesquisa no PLANALSUCAR, que prevê o consorciamento da cana-de-açúcar com culturas alimentares, deve-se à diminuição de rentabilidade do setor canavieiro, e com isso à possibilidade de aumento da rentabilidade do sistema de produção como um todo. Quando os preços do açúcar e do álcool eram compensadores no mercado internacional, o consórcio com alimentos não era incentivado.

Entretanto, a questão da diferenciação na apropriação dos benefícios da pesquisa tecnológica entre produtores de diferentes portes não é percebida claramente pelos pesquisadores. A organização dos centros de pesquisa em função dos produtos e não dos sistemas de produção da região oculta a diferenciação entre tipos de produtores. A idéia vigente é de que toda a população pode se beneficiar dos resultados das pesquisas na medida em que são consumidores dos produtos, pois com o uso da tecnologia há aumento de produtividade, diminuição dos custos de produção e, com isso, redução dos preços dos produtos. Dessa forma, o atendimento dos interesses da acumulação fica diluído, diante da perspectiva de favorecer os diferentes usuários dos produtos agrícolas. No entanto, quando os pesquisadores trabalham com produtos de subsistência, tendem a reforçar os efeitos das suas pesquisas sobre os pequenos produtores, como se vê a seguir:

"Os resultados das pesquisas atendem a todos os grupos, mas principalmente os de baixa renda, no nosso caso que trabalhamos com arroz e feijão. Os principais agricultores de arroz e feijão são de baixa renda, é diferente daqueles que produzem cana, café, cacau etc. . . ."

A absorção da tecnologia pelos produtores é também facilitada pelos mecanismos de divulgação. Os pesquisadores, além de publicarem os seus resultados de pesquisas em meios de circulação científica (revistas, congressos, seminários etc.) – caso frequente da EMBRAPA – também divulgam através de boletins técnicos ou folhetos, para que as informações cheguem diretamente aos produtores rurais:

"As nossas publicações são dirigidas principalmente para a extensão. Agora, tem áreas que há uma demanda direta muito grande de produtores, tipo da lagarta-da-soja, em que nós temos folhetos coloridos diretos ao produtor. Nós atendemos diretamente ao produtor, em termos de pedidos por telefone, por carta, ou os produtores vêm diretamente buscar."

A divulgação e a apropriação dos resultados das pesquisas do PLANALSUCAR foi assim referida:

"Veja bem, dentro daquele serviço de mala direta, nós temos listados por computador, aqui, todas as entidades em que nos interessam divulgar os resultados das pesquisas: usinas, destilarias, associações e cooperativas de fornecedores de cana, produtores, instituições de pesquisas nacionais e internacionais, universidades, firmas de fertilizantes, defensivos, máquinas e implementos etc."

Também a imprensa falada e escrita tem todo um papel fundamental na divulgação do conhecimento tecnológico produzido por essas instituições. Nesse sentido, os

programas de televisão, tais como o "Globo Rural" e "Globo Ciência" são os que têm maior penetração junto ao grande público. Por exemplo, a partir da divulgação de uma semente produzida pela EMBRAPA no "Globo Ciência" houve uma grande demanda dos produtores, mesmo que essa forma de divulgação ampla não garanta uma incorporação massiva das tecnologias, na medida em que muitas delas não são adotadas pelos pequenos produtores, por falta de quantidade de terra suficiente e de crédito, e não necessariamente por falta de informação. Este fato pode mostrar, por outro lado, a necessidade de organização dos produtores, no sentido de possibilitar sua pressão de grupo da sociedade civil, a fim de que o Estado tome determinadas medidas, ou estabeleça programas sociais que os contemple.

Embora a pesquisa da EMBRAPA seja integralmente financiada pelo Poder Público, e a do PLANALSUCAR também em boa medida, são os interesses privados que atuam com intensidade na definição das pesquisas destas duas instituições, como também são eles os seus principais beneficiários (interesses ligados ao capital industrial internacional e nacional, e aos grandes produtores rurais). Já os interesses dos pequenos produtores têm pouca expressão, como também os dos trabalhadores rurais. Nas tecnologias que servem ao grande capital subestimam-se as conseqüências danosas para os trabalhadores, como as do uso dos agrotóxicos sem os cuidados devidos, ou a utilização de certas máquinas poupadoras de mão-de-obra e que transformam os trabalhadores em assalariados temporários.

Cabe dizer, entretanto, que a geração dessa tecnologia vinculada aos grandes complexos industriais multinacionais, e com isso aos interesses da acumulação internacional, é resultante do contexto de subordinação da economia nacional aos interesses do capital internacional, viabilizado pelo Estado brasileiro autoritário.

No entanto, dado que o Estado não é um bloco coeso, outras forças nacionalizantes também estão presentes e podem aumentar seu poder na medida em que se intensifique o processo de redemocratização do país. Já existem exemplos de contribuições importantes da EMBRAPA, como são os estudos sobre o valor protéico da soja para o consumo alimentar e a produção de um tipo de feijão com metionina, que poderão gerar divisas para o país e melhorar o padrão alimentar da população brasileira. Também, os estudos de fixação de nitrogênio têm reduzido o uso de fertilizantes nitrogenados. Tais conquistas, por outro lado, relacionam-se com a manutenção de uma margem de autonomia para os pesquisadores da EMBRAPA. Embora as linhas de pesquisa sejam definidas pela instituição, os temas específicos e a metodologia utilizada ficam por conta dos pesquisadores. Além disso, certos pesquisadores desenvolvem, concomitantemente à pesquisa institucional, nos seus bastidores, uma pesquisa de seu interesse pessoal.

Também, estudos desenvolvidos pelo PLANALSUCAR sobre o aproveitamento da vinhaça como fertilizante são de extrema importância, tanto para reduzir a poluição dos rios (onde é jogada a vinhaça), como para diminuir a adubação química.

Sendo assim, conclui-se que a nossa situação periférica leva a que as políticas estatais venham a favorecer sobretudo à acumulação internacional, preservando-se alguns espaços nacionais, conseqüência de interesses viabilizados pelo processo político de articulação entre as forças sociais.

A percepção dos interesses intermediados pelo Estado na pesquisa agrícola não se esgota na análise dos segmentos da sociedade que definem as suas pesquisas, ou que

dele se apropriam. Esses interesses também se expressam nos principais problemas que atingem a pesquisa dessas instituições.

A necessidade de maior quantidade de recursos financeiros é aludida na EMBRAPA e no PLANALSUCAR, mas só que no PLANALSUCAR a crise financeira é alarmante deste 1982, enquanto na EMBRAPA houve uma diminuição dos recursos entre 1983 e 1985, fruto da restrição do Governo às Empresas Públicas, apesar da recuperação em 1986.⁴

A situação atual do PLANALSUCAR deve-se a alguns fatores. A idéia de criação do Programa Nacional de Melhoramento da Cana-de-açúcar, com autonomia administrativa e financeira, vinculava-se ao projeto estatal de modernização da agricultura. Nesse sentido, o PLANALSUCAR foi criado através de um convênio do IAA com associações de produtores de cana e de açúcar, numa fase áurea em que o açúcar estava auferindo bons preços no mercado internacional. Nesse período, o PLANALSUCAR tinha recursos financeiros para pesquisar e oferecia salários competitivos aos seus pesquisadores. A partir da criação do PROÁLCOOL, em 1978, ela passou a ser subsidiada fundamentalmente por recursos públicos e os seus pesquisadores foram enquadrados na condição de **especialistas**. Dados os cortes realizados nas Empresas Públicas e dado o fato de o açúcar e o álcool não estarem mais propiciando o lucro de antes, o PLANALSUCAR vive atualmente uma grande crise financeira, acrescendo-se o fato de estarem submetidos à centralização administrativa do IAA, além de todos os seus pesquisadores terem se tornado funcionários públicos.

Sendo assim, o PLANALSUCAR tem atualmente uma proposta de tornar-se uma fundação de direito privado, com plena autonomia financeira e administrativa, para o desenvolvimento das suas pesquisas. Atualmente, ou estão divulgando o que já produziram durante o seu período de intensa atividade, ou estão desenvolvendo projetos à custa de outros órgãos financiadores, como FINEP, FIFEG, STI, EMBRAPA, CNPq etc. Nesse sentido, os pesquisadores do PLANALSUCAR se consideram "vendedores de projetos", pois, com a finalidade de serem aprovados, fazem projetos dentro de áreas que tenham verbas específicas, como é o caso do controle biológico de pragas.

Esses projetos, com financiamento público repassado pelo IAA, mas não dele proveniente, padecem de uma intensa **burocratização**. Inicialmente, há necessidade de preenchimento de formulários para solicitação de recursos das agências financiadoras. Depois há demora no julgamento e na liberação desses recursos, exigindo do pesquisador um acompanhamento da tramitação externa dos pedidos de financiamento, que passam por várias instâncias dentro das agências de fomento. Além disso, a demora aliada à inflação pode provocar uma desvalorização dos recursos. Finalmente, há exigência de relatórios técnicos e de prestação de contas detalhadas no decorrer e no término da pesquisa. Essa burocratização fica mais agravada quando a pesquisa é financiada por mais de uma fonte, situação, aliás, bastante freqüente, dados os recursos exigidos. Os formulários são diferentes para cada instituição financiadora, os prazos de solicitação e os programas de desembolso também são diversos, fazendo com que o

⁴ Em 1981, o orçamento da União para Ciência e Tecnologia referente à EMBRAPA, foi de 7.203.400; em 1982, de 12.483.917; em 1983, de 8.156.000; em 1984, de 6.507.361; em 1985, de 4.567.227; e em 1986 de 13.241.156. Fonte: Orçamento da União para Ciência e Tecnologia, SEPLAN - CNPq. Dados deflacionados (1981) IGP-PI, conjuntura econômica, FGV/Banco Central.

pesquisador gaste mais tempo com a administração da pesquisa do que com a atividade de pesquisa propriamente dita.

Dada a vinculação do PLANALSUCAR ao IAA, as unidades produtivas particulares não podem dar recursos diretamente ao PLANALSUCAR, nem complementar os salários dos pesquisadores. Em troca dos serviços prestados pelos pesquisadores a essas unidades (desenvolvendo pesquisa e treinamento do pessoal técnico), os proprietários dos canaviais e das usinas colocam combustível ou pneus novos nos carros da instituição.

A necessidade de recursos externos, para o desenvolvimento da pesquisa, e a forma extremamente centralizada e burocratizada como vem-se dando esse financiamento têm limitado bastante a pesquisa do PLANALSUCAR, que, apesar da concorrência da COPERSUCAR (cooperativa de empresas privadas que já possui um núcleo de pesquisa), está tentando a sua privatização como saída ao impasse que está vivendo. É o que se afirma no seguinte depoimento:

"Estamos lutando por uma privatização, isto é, a transformação em fundação de direito privado com participação do setor governamental e privado. Assim, tem-se mais autonomia, mais recursos e mais agilidade. A pesquisa de longo e médio prazos será feita com recursos do Governo e a pesquisa de curto prazo com recursos privados."

Além desses fatores peculiares ao PLANALSUCAR, outros problemas atingem a pesquisa da EMBRAPA e do PLANALSUCAR, tais como a política salarial, a contenção de contratação de pessoal e a dificuldade de importação de material, todos eles decorrentes de políticas restritivas do Governo Federal. A contenção salarial do Governo e a falta de autonomia administrativa das instituições, para decidirem sobre os salários do seu pessoal, aliada a uma crescente inflação, provocam uma perda nos salários de seus pesquisadores e funcionários, e conseqüente evasão para a iniciativa privada. Neste local, além de desfrutarem de altos salários, têm melhores condições de desenvolvimento de pesquisa. No caso da atividade sucro-alcooleira, a atração para iniciativa privada é ainda maior, em relação a outros produtos, como o arroz, por exemplo, porque é uma atividade mais empresarial. Anteriormente, os pesquisadores da EMBRAPA auferiam salários competitivos no mercado, ao passo que recentemente percebe-se também uma relativa perda salarial, fruto da perda de autonomia administrativa.

A queda salarial dos pesquisadores nas instituições públicas e a busca de melhores salários nas empresas privadas são mais um mecanismo que viabiliza a acumulação do capital, ou seja, a universidade pública capacita um pesquisador, que dá seus primeiros passos numa instituição de pesquisa pública, e depois os seus serviços já qualificados vão ser apropriados por empresas privadas, na medida em que o Estado oferece a contratação, ou não oferece salários competitivos no mercado de trabalho.

Entretanto, a questão salarial pode levantar outros interesses. Por exemplo, a perda salarial sofrida no último ano pelos pesquisadores da EMBRAPA provocou uma mobilização política e uma maior preocupação com a relevância social das suas pesquisas, questão esta praticamente esquecida anteriormente.

Outra política restritiva do Governo, que tem afetado a pesquisa dessas instituições, é a contenção da contratação de pessoal. Essa contenção não se refere apenas aos

pesquisadores, mas também ao pessoal administrativo e aos técnicos de laboratório e de campo. Sem a possibilidade de aumentar o corpo de pesquisadores e sem a possibilidade de aumentar o número de auxiliares, o pesquisador tem que executar todas as etapas da pesquisa, desde a produção da idéia inicial até a datilografia do relatório final.

A dificuldade de importação representa também grande entrave ao desenvolvimento da pesquisa nessas instituições, e foi mais evidenciada no CENARGEN e no CNPSO, da EMBRAPA, porque têm mais necessidade de reagentes e de aparelhos importados.

Se, por um lado, a restrição para importação pode expressar uma limitação ao modelo de desenvolvimento dependente, por outro lado, o fato de não se oferecerem condições efetivas para o desenvolvimento dos produtos, antes importados, faz com que essa limitação só complique ainda mais a pesquisa e não represente efetivamente um passo para a conquista da soberania científico-tecnológica.

Pelas dificuldades financeiras, materiais e humanas apontadas, que têm entravado a pesquisa nas instituições em pauta, pelo menos nos últimos anos, pode-se concluir por uma relativa desativação da pesquisa agrícola mantida pelo Estado.

No Estado autoritário e internacionalizante que pretendia introduzir uma agricultura de escala no Brasil, articulada aos grandes complexos industriais multinacionais, os investimentos públicos na pesquisa agrícola foram massivos, com condições para a geração ou adaptação de tecnologias. Nesse momento, o Estado teve grande importância na pesquisa agrícola, ainda que vinculada a interesses privados, muitas vezes internacionais. No entanto, como o Estado expressa as contradições da sociedade capitalista na qual ele se insere (contradição entre Capital e Trabalho e entre Nacionalização e Internacionalização), outros interesses não exclusivamente dominantes e internacionalizantes foram agraciados, ainda que em menor proporção.

No momento de transição democrática, em vez de se pensar um Estado que propicie uma pesquisa agrícola voltada para interesses públicos, o que se constata é um certo descompromisso do Estado com essa pesquisa e, com isso, uma tendência à sua privatização.

Ainda que essa privatização possa parecer coerente, no sentido de que a pesquisa pública já vinha sendo feita segundo interesses privados, trata-se, porém, de um mecanismo que vai viabilizar ainda mais, e com exclusividade, a apropriação da pesquisa pelos grandes grupos econômicos, porque só estes terão os recursos financeiros para tais empreendimentos. Sendo assim, a perspectiva da privatização da pesquisa substitui a luta para que a pesquisa pública atenda de fato a interesses públicos.

Essa ideologia liberal privatizante está presente na proposta de transformação do PLANALSUCAR em Fundação, como solução para a extinção "branca" a que vem sendo submetida, e, também, na idéia que circula dentro da EMBRAPA de criação da Empresa Brasileira de Biotecnologia, de capital aberto.

As principais razões para tais propostas residem na possibilidade que se abriria para o setor privado investir diretamente no desenvolvimento da pesquisa que lhe aproovesse, estabelecendo-se assim um vínculo claro de gerência da pesquisa pelo setor privado, e o desencargo dos pesquisadores dos problemas financeiros, materiais e burocráticos que têm paralisado virtualmente as atividades de pesquisa, como é o caso do PLANALSUCAR.

A pesquisa do PLANALSUCAR, que já se apresentava bastante privatizada (feita

em grande parte nas unidades de produção e transferida aos agrônomos dessas unidades), propõe agora privatização concreta. Por outro lado, é a pesquisa da cana e do álcool que se encontra menos dependente das empresas multinacionais, diferente de outros produtos. Sendo assim, pode-se supor que o Estado investe mais na pesquisa agrícola quando ela está articulada ao capitalismo internacional; quando não, a tendência é deixar os interesses privados agirem livremente, de acordo com as forças do mercado. Sendo assim, a interferência direta ou indireta do Estado, quando não plenamente democratizado, vem favorecer sobretudo a dinâmica da acumulação internacional.

As conclusões obtidas sobre a política governamental de pesquisa para a agricultura indicam transformações ocorridas na passagem do regime autoritário para o atual momento de transição democrática. Durante o período do autoritarismo, houve grande intervenção do Estado na agricultura, com a criação de mecanismos institucionais no aparelho do Estado, tais como a EMBRAPA e o PLANALSUCAR, na área da pesquisa agrícola. Na transição democrática, a desestabilização reflete-se em cortes de despesas na máquina estatal, acompanhados de um deslocamento para a iniciativa privada da dinâmica da pesquisa agrícola.

Ainda que essa intervenção estatal representasse interesses privados, sobretudo multinacionais, a nova configuração política não objetiva a democratização do aparelho do Estado, mas sim o deslocamento para outros agentes do setor privado. É o que se constata com a total desestruturação do PLANALSUCAR, gerando uma proposta de constituição de uma fundação de pesquisa alimentada com recursos dos respectivos produtores. Da mesma forma, dentro da EMBRAPA, surge uma proposta de criação de uma empresa brasileira de biotecnologia, de capital aberto. Com respeito à articulação entre pesquisa e extensão, também ela é mais efetiva entre a pesquisa realizada pelas instituições públicas com os serviços de extensão das grandes cooperativas ou associações de produtores.